As contribuições de Caio Prado Jr. e José de Souza Martins para a Geografia Agrária brasileira

Rafaela Freitas da Silva[1]
Carina Inserra Bernini[2]

RESUMO
A centralidade do artigo permeia algumas das principais ideias das obras de Caio Prado Jr. e José de Souza Martins. Tem como perspectiva discutir como estas contribuíram para a construção da Geografia Agrária brasileira. Iniciamos com Caio Prado Jr a partir das obras *Formação do Brasil Contemporâneo, A Questão Agrária Brasileira,* e *A revolução brasileira,* entendendo que são anteriores às obras de José de Souza Martins. Sua teoria principal é a de que não houve feudalismo no Brasil, e a partir daí se desenvolveu sua noção de regionalização e Reforma Agrária. Num segundo momento trouxemos as obras de José de Souza Martins, *O Cativeiro da Terra* e *Camponeses e a Política no Brasil,* com as quais analisamos sua teoria do campesinato no Brasil, que em parte foi fundamentada nas análises de Prado, assim como sua atuação e postura frente aos movimentos sociais do campo e sua sensibilidade com estes. Num último momento, relacionamos as obras dos autores com a construção da Geografia Agrária, partindo da noção de que há uma estrutura cronológica da contribuição de Caio Prado, apropriada por José de Souza Martins que, reformulada, abriu portas para uma continuidade da compreensão e atenção às questões culturais e socioeconômicas do Brasil colônia, assim como seus reflexos no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Caio Prado Jr. Geografia Agrária. José de Souza Martins. Campesinato.

The contributions of Caio Prado jr. and José de Souza martins for brazilian agricultural Geography

ABSTRACT
The centrality of the article permeates some of the main ideas in the works of Caio Prado Jr. and José de Souza Martins. Have perspective to discuss how these contributed to the construction of Brazilian Agrarian Geography. We started with Caio Prado Jr from the books *Formação do Brasil Contemporâneo*, *A Questão Agrária Brasileira*, and *A revolução Brasileira*, understanding that they predate the works of José de Souza Martins. His main theory is that there was no feudalism in Brazil, and from there his notion of regionalization and Agrarian Reform was developed. In a second moment, we brought the works of José de Souza Martins, O *cativeiro da terra* e *O Camponeses e a política no Brasil,* with which we analyzed his theory of the peasantry in Brazil, which was based in part on Prado's analyses, as well as his performance and posture towards rural social movements and their sensitivity to them. Finally, we relate the authors' works to the construction of Agrarian Geography, based on the notion that there is a chronological structure of Caio Prado's contribution, appropriated by José de Souza Martins, which, reformulated, opened doors for a continuity of understanding and attention the cultural and socioeconomic issues of colony Brazil, as well as their reflexes in contemporary Brazil.

Keywords: Caio Prado Jr. Geografia Agrária. José de Souza Martins. Campesinato.

Introdução

Ao longo da história da Geografia Agrária Brasileira, nos deparamos com compreensões de intelectuais de outros campos das ciências humanas, que permeiam as bases teóricas do Paradigma da Questão Agrária. Tais intelectuais dedicaram suas vidas em estudar o conjunto de contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

[1] Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: Rafaelafreitasxx@gmail.com
[2] Pós-doutoranda no Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: cibernini@gmail.com

No campo do marxismo, no início da compreensão do que é o Brasil no seu sentido mais amplo, temos como exemplo Caio Prado Jr., historiador comunista que foi pioneiro nas leituras clássicas sobre a construção da ideia de Brasil, partindo da perspectiva de não existência do feudalismo no Brasil e sim um capitalismo precoce. Outro grande intelectual e autor que colaborou para as bases da discussão da Questão Agrária foi José de Souza Martins, cientista social e professor da Universidade de São Paulo - USP, que partiu das contribuições de Caio Prado, junto com estudos mais aprofundados sobre os organismos e o papel dos movimentos sociais na compreensão do campo brasileiro.

Alicerçando-se em análises destes intelectuais verifica-se, por exemplo, que o capital contraditoriamente se territorializa, expropriado parte da população camponesa, concentrando-a na cidade e utilizando sua força de trabalho na indústria e no campo. Entretanto, também o próprio capital cria as condições para que as relações sociais camponesas se mantenham, pois elas fornecem matérias-primas a baixo custo (sujeição da renda da terra) para o capitalismo industrial, viabilizando o consumo de bens industrializados nas cidades. Tal possibilidade, desigual e combinada, cria e recria a economia camponesa baseada em relações de trabalho familiar, com ausência de salário e sem objetivo de lucro, e categoricamente define o campesinato como classe social inserida no capitalismo (PIETRO, 2017).

Esse artigo surge da compreensão do campesinato enquanto categoria e classe social, pautado no entendimento das contradições geradas pelo desenvolvimento e mundialização do capitalismo na agricultura e numa procura de identificar a contribuição das obras de Caio Prado Jr. e de José de Souza Martins para as bases da Geografia Agrária Brasileira hoje.

No decorrer do estudo, fica implícita a importância dos autores como atuantes fundamentais na construção da Geografia agrária Brasileira. Porém, é inerente ressaltar que não só as obras citadas aqui fazem parte do conjunto de contribuições que esses autores têm na construção do conhecimento intelectual brasileiro. As obras elencadas fazem parte do conjunto das principais obras dos autores que são consideradas componentes da literatura clássica brasileira. Buscamos por meio cronológico, ressaltar a trajetória dos autores e trazer rapidamente suas próprias referências, para conseguirmos produzir uma relação mais direta dos autores com a geografia agrária brasileira.

No primeiro momento trouxemos um pouco da trajetória de Caio Prado Jr. em cunho intelectual e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), em conjunto com suas três obras trabalhadas aqui: *Formação do Brasil Contemporâneo, A Questão Agrária Brasileira,* e *A revolução brasileira.* Em seguida, de forma também cronológica, pontuamos algumas partes da trajetória de José de Souza Martins e de suas obras apresentadas no desenvolvimento do artigo: *O Cativeiro da Terra* e *Camponeses e a Política no Brasil.*

Finalizando, relacionamos os pontos abordados com autores e autoras da geografia agrária para tecer relações e conceitos que foram sendo incorporados na geografia a partir da contribuição dos autores.

A ideia geral da contribuição de Caio Prado Jr.

Prado foi o primeiro integrante do PCB que procurou analisar os processos revolucionários periféricos, apesar da sua grande relação com a União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS), tendo fundado até a União Cultural Brasil-União Soviética em São Paulo em 1968 (PERICÁS, 2016). Prado Jr. abstraiu questões postas pela internacional comunista tanto quanto procurou não estabelecer os parâmetros dos comunistas como Lênin, por exemplo, para tentar explicar as dinâmicas brasileiras (FERNANDES, 2016). Procurou fazer uma análise da realidade concreta, segundo Secco (2008) ele foi um comunista ontológico que não procurou fazer de suas ideias regras, se apropriando dos conceitos e reflexões já feitas, porém sempre buscou "interpretar sem copiar".

Dessa forma, passou boa parte da sua vida debatendo com as forças de esquerda, as quais considerava equivocadas e desmobilizadas dos movimentos sociais, críticas sintetizadas em sua obra *A revolução brasileira*.

Nesse processo inverteu a operação intelectual dos comunistas brasileiros que buscavam compreender um método para depois aplicá-lo ao Brasil. Ele procurou conhecer o Brasil em primeiro lugar e dialogar com as fontes históricas, sendo que muito de seu método deriva de sua prática de historiador e geógrafo (SECCO, 2007).

Sendo essa perspectiva proposta por Prado advinda de uma análise profunda da realidade brasileira que antecede as questões contemporâneas. O intelectual formulou grandes contribuições e desenvolveu relações geográficas que são cruciais para compreender a análise agrária estabelecida pelo autor junto com a Geografia e Historiografia do Brasil.

Como o próprio Caio Prado coloca, o Brasil contemporâneo se define em momentos específicos: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do século anterior a este e no século XX (PRADO, 2016). Sendo assim, para compreendermos a contribuição dele para a questão agrária do Brasil, precisamos pensar o período colonial e suas transformações e determinações para o desenvolvimento da economia, vida social e cultural do país.

O livro *A Formação do Brasil Contemporâneo* analisa os elementos da vida brasileira contemporânea nos âmbitos geográficos, econômicos, sociais e políticos. "O passado, aquele

passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir" (PRADO, 2016, n.p).

Para o historiador, o capitalismo se desenvolveu no Brasil conservando os traços da grande propriedade colonial escravista. Além de reconhecer o processo de modernização conservadora identificou que o que se "conserva" das velhas estruturas não seriam "restos feudais", mas sim formas de coerção extra econômica ao trabalhador rural e, principalmente, a continuidade da dependência colonial (FERNANDES, 2016).

Para Prado o Brasil na questão internacional foi uma espécie de "indústria europeia", como o historiador cita:

> No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu (PRADO, 2016, n.p)

Sendo o comércio europeu diretamente ligado a colonização do território que hoje se constitui como Brasil, via expansão marítima europeia, a partir do século XV (SOUZA, 2009).

Para o autor toda história de um povo tem um sentido, no caso do Brasil, primeiramente ele separa a colonização das Américas pelos trópicos e mediterrâneos. Nos trópicos, para o autor, a colonização seguiu um sentido de um terreno fértil para exploração que "conservará no entanto um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre indígenas ou negros africanos importados."(PRADO, 2016, n.p).

Nessa lógica, os limites dos colonos nos trópicos devido ao clima (que Prado deixa bastante evidente que não compactua com a ideia de que os colonos tiveram dificuldade de se adaptar ao clima) se tornaram um atrativo para aumentar a produção necessária à Europa.

O caráter de exploração dos trópicos se direcionou para uma massificação da produção agrícola, a partir de uma produção em grande escala organizando o território em grandes fazendas, engenhos etc. Em resumo, a exploração do território tropical tem em comum o caráter destinado a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO, 2016).

É nesse contexto que se encaixa o sentido da colonização em que o Brasil é inserido, como citado antes, o historiador analisou a formação do nosso território dentro de um contexto internacional,

porém, a questão que mais o distingue dos pensadores da época é sua análise das peculiaridades do território brasileiro.

Para ele a exploração da força de trabalho da população originária assim como a importação de negros que aqui foram escravizados são aspectos fundamentais para a construção do território brasileiro. Como o próprio historiador diz sobre as análises já existentes sobre a formação do Brasil, que estruturava os estudos brasileiros a partir de questões pré- definidas e externas, "esquecemos aí os antecedentes que se acumulam atrás de tais ocorrências e o grande número de circunstâncias particulares que ditaram as normas a seguir" (PRADO, 2016, n.p).

Na questão do povoamento, Prado pontua que o mesmo constitui um quesito muito importante para o conceito de regionalização e diferenças entres as regiões brasileiras, no âmbito social e econômico. Para Prado, a distribuição da população e do desenvolvimento pelo território da colônia é, como logo se vê, grandemente irregular com núcleos, alguns bastante densos, mas separados uns dos outros por largos vácuos de povoamento ralo, se não inexistente. Considera-se isso, devido à divisão do território em capitanias onde a coroa portuguesa por questões estratégicas consolidou sua territorialização pelo litoral.

O historiador classifica o povoamento colonial em três etapas: 1) efetivação da exploração Portuguesa pelo litoral (do início do rio Amazonas até o rio da Prata); 2) descoberta da mineração no interior do território, que desencadeou um grande fluxo migratório; 3) decadência da pecuária no sertão do nordeste levando e o afloramento dela no extremo sul do território.

Dentro deste assunto Prado pontua questões que perpassam todas as etapas que são referentes às etnias que constituíram o território brasileiro: o colono branco, indígenas e a população negra. São questões muito importantes que não serão especificamente tratadas aqui, como a questão das raças que não é compreendida como força de trabalho no brasil colônia, como exemplo também, o ponto sobre sexualização dos corpos das mulheres negras e indígenas pelos brancos, sendo um índice da mestiçagem brasileira e questões das migrações de colonos pobres.

Ao longo das obras, o autor, por mais que concordasse que é necessário a distinguir o "negro" do "escravo", em alguns pontos deixa de lado a valorização da cultura do negro - não intencionalmente, mas é um tópico não tão abordado por Prado Jr., muitas vezes atribuindo sua vinda ao Brasil apenas como o trabalhador escravo, desconsiderando a cultura advinda das Áfricas. Percebe-se isso quando o autor fala da "facilidade" da relação colono/escravo comparando com a dificuldade dos colonos na escravização indígena, que, detinham sua cultura enraizada no território. Em decorrência disso, há descompassos relacionados a raça na obra de Prado, que ora explica certos fenômenos em decorrência do que considera ser atributo da cultura

inferior de certa raça, ora as condições sociais estabelecidas pela escravidão parecem prevalecer no modo como narra o desenvolvimento da história do Brasil (MELO, 2020).

Retomando o primeiro período do povoamento, há uma estrutura agrária demarcada por uma grande propriedade rural destinada à permanência do reino português e forma de expansão do território - monocultura - ligada diretamente à grande propriedade, produzindo gêneros lucrativos para exportação. Toda força de trabalho era atribuída a essa produção, sem precisar de força qualificada ou nível técnico elevado – o trabalho escravo - o que viabilizou a massificação desse trabalho e produção em larga escala.

Neste contexto, o autor destaca duas situações: a grande lavoura e a agricultura de subsistência, "no primeiro caso à exportação, no segundo ao consumo interno, que não há confusão possível''. E além deste critério quantitativo, há a considerar a natureza econômica intrínseca de uma e outra categoria de atividade produtiva: o fundamento, o objetivo primário, a razão de ser respectiva de cada uma delas" (PRADO, 2016, n.p). Dentro da agricultura de subsistência há, em alguns casos, uma produção de excedente que difere da agricultura de subsistência de uso comum da terra e da que faz parte da lavoura (parte destinada ao abastecimento junto ao lucro, onde, eram destinados ocupantes para organizar as plantações).

Por outro lado, na agricultura de subsistência "autônoma" que não faz parte da lavoura, o autor faz uma interessante analogia às questões sociais. Essa agricultura é composta por pessoas de fora dessa colonização, em suma como uma categoria abrangente a miscigenação das raças, como ele próprio diz "sobretudo mestiços do índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado. Ou então, brancos degenerados e decadentes" (PRADO, 2016, n.p) questão que se deu de maneira diferenciada no Sul do país devido a colonização açoriana. Porém, o historiador pontua que todos viviam em condição de vida "escassa" e pobre, e sem nenhum envolvimento direto com a economia do país. Essa leitura de Caio Pradiana sobre miscigenação, também é apontada como problemática por alguns autores. Por mais que seja necessário uma ampliação para construir um linha da formação da história brasileira, a forma como é feita dá a entender que há uma hierarquia de raças no sentido da cultura, que através da miscigenação, por exemplo, segundo o autor, foi possível uma elevação cultural do que temos hoje como cidadão Brasileiro através da cultura europeia instalada no Brasil, assim visando uma modernização, como se a cultura indígena fosse atrasada e apenas com ela não seria possível essa "modernização".

É possível observar que Prado Jr. narra a supressão da cultura ameríndia de modo que leva a compreensão como se não coubesse no futuro do país. O que permite a perpetuação do indígena

é o cruzamento entre raças, garantindo ao índio uma sobrevivência parcial, por ser meramente genética. O sangue indígena persiste, mas em um corpo que agora habita um espaço e uma cultura construídos com base em premissas europeias, já que, na gramática de Caio Prado, a miscigenação significa o triunfo hegemônico da cultura portuguesa sobre "a massa considerável de negros e índios" (MELO, 2020).

Estes problemas encontrados na escrita do livro, são bastante inerentes com a ideia de Caio Prado, que por mais que se aposse da noção de resquícios escravistas e não feudais, em alguns momentos não considera em sua obra a separação do indivíduo do seu trabalho. Ainda que essa questão não invalide as contribuições da sua obra, e é um debate que se desenvolve com o desenvolvimento da ciência, é necessário atenção, pois demonstra, de certa forma, um racismo cultural bastante presente.

Apesar de o historiador fazer uma relação cultural dentro da sua obra, ela não é tão aprofundada como as que possuímos hoje, porém consideramos que essas novas análises etinico-raciais tem embrião no estudo mais amplo que Prado materializou a partir dos estudos da realidade brasileira. Nesse sentido, uma certa estrutura organizacional já estava instaurada no Brasil colônia: os colonos com o poderio das terras, e a força de trabalho explorada do negro, indígena e mestiços. Numa segunda fase da economia o mercado europeu abriu espaço para os nossos produtos, tanto pelo aumento populacional da Europa como pela Revolução Industrial que havia se iniciado na segunda metade do século XVII. O Brasil começa a ser explorado em um novo âmbito: a mineração.

Desde a obra "História econômica do Brasil" Caio Prado utiliza do termo "economia cíclica" para definir o processo econômico do Brasil. Sendo essa, baseada em ciclos, como a ascensão e declínio de uma região estavam intimamente interligados com o gênero econômico que animava o mercado externo. A economia muda a sua renda, porém permanece sempre dedicada ao mercado externo. Isso no Brasil resulta em diversas questões principalmente na vida dos trabalhadores que dependem desse vínculo que, por um lado, gera um grande declínio financeiro para determinada região.

Como exemplo, a mineração como nova forma de exploração, resultou na transferência do centro econômico da colônia, agora no interior do país, antes concentrado nas áreas açucareiras do Nordeste. Como também, no devido deslocamento dos trabalhadores, onde migravam de uma região para outra, ocupando novos territórios sem nenhuma estabilidade, ou acontecia nova leva de exploração, como por exemplo as comunidades indígenas localizadas em Minas Gerais, que passaram pelo processo de catequização forçada, como já citado antes.

> No Rio Grande, o contingente indígena, reduzido e catequizado pelos jesuítas nas suas famosas reduções dos Sete Povos, permanecerá num estado de semi civilização e pureza racial, sob a direção dos padres, até 1767, quando estes são expulsos dos domínios espanhóis. Os Sete Povos passam então para a administração civil, e o seu território é conquistado pelos luso-brasileiros, e incluído nos domínios portugueses, em 1801. Sobravam então nos Sete Povos de 21 a 22 mil índios. Uma outra parte deles, mercê das guerras e frequentes mudanças de autoridade que se sucedem desde 1750, tornara-se nômade, e vagueia pelo interior da capitania. Será aproveitada como peões das estâncias de gado que se alastram sobretudo a partir do último quartel do século XVIII, e para soldados nas guerrilhas externas e internas que caracterizam a história política da capitania no correr do século passado [XIX]. No litoral, são os açorianos e seus descendentes que francamente predominam. O negro só começará a afluir com o desenvolvimento das charqueadas, já iniciado em fins do século XVIII, e que tomará considerável vulto em princípios do seguinte; fornecer-lhes-á a mão-de- obra (PRADO, 2016, n.p).

O autor caracteriza pontos da questão agrária brasileira aliados à sua perspectiva revolucionária, sendo um resultado da materialização dialética da história do território brasileiro: a classe latifundiária; trabalhador rural; o arrendamento de terras e o camponês.

Primeiramente, a classe fundiária está diretamente ligada ao capital internacional e a intenção de expansão do latifúndio, se aliando a questões estatais e empresas internacionais. Ele considera os antigos grandes fazendeiros como atuais negociantes.

Para Prado, em resumo, a agricultura brasileira funcionava como base da exploração da força de trabalho do proletariado e não do camponês. Ele identifica no campo brasileiro a expressiva predominância de relações de emprego, não importando se a remuneração se dê sob a forma do produto cultivado, ou em dinheiro, ou então no direito de o empregado utilizar um pedaço de terra para si próprio sob a condição de também produzir para o proprietário. Isso é o que determina, segundo ele, a predominância de relações de emprego, onde se evidencia a submissão do trabalhador ao proprietário, o detentor do principal meio de produção que caracterizaria uma economia de caráter camponesa, ou seja, a terra. Considera que, as relações camponesas são um segundo plano, secundárias, provindas de resquícios em poucas partes do Brasil.

Para Prado Jr, o que é básico nessa caracterização do camponês no Brasil é um empregado, é o espaço que esse trabalhador ocupa no processo produtivo. Ou seja, o que importa é saber se ele é proprietário dos meios de produção dos quais se utiliza “O papel que historicamente sempre coube à massa trabalhadora do campo brasileiro – salvo exceções, relativamente insignificantes dos colonos do extremo sul do País e do Espírito Santo -, e que ainda lhe cabe, é tão somente, no essencial, o de fornecer mão-de-obra à minoria privilegiada e dirigente desta empreitada que é

e sempre foi a agropecuária brasileira" (PRADO, 1979).

> A economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelaria da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. [...] Não se constituiu assim uma economia e classe camponesas, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava. (PRADO, 1979, p. 170)

Prado então refuta a ideia de que a reforma agrária deveria ser uma redistribuição de terras como era pautada no seu partido na década de 1960. Para ele o que deveria ser compreendido como "reforma agrária" nas circunstâncias da época, é a elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida, como o próprio (PRADO, JR 1979) diz "o que não é e está longe ainda de ser o caso em boa parte do Brasil":

> [...] É esse certamente o grande e fundamental problema nacional brasileiro da atualidade (1960), de cuja solução depende sem dúvida alguma o desenvolvimento e progresso real de nosso país em qualquer outro setor [...] em primeiro e principal passo, no momento, para sairmos dessa situação ao mesmo tempo dolorosa e humilhante para o nosso país, é sem dúvida alguma a modificação das condições reinantes no campo brasileiro e elevação dos padrões de vida humana que nele dominam. É isso, portanto, que deve centralizar a reforma agrária. O resto virá depois. (PRADO, 2014, p. 358).

O autor enxergava que uma simples "retaliação" do campo brasileiro não seria o suficiente para abarcar todos os problemas que os trabalhadores do campo enfrentam. Ele procurou demonstrar que uma reforma agrária mais efetiva também deveria estar atrelada à elevação dos padrões de vida da população rural, material e culturalmente, através da extensão da legislação social trabalhista ao campo brasileiro.

José de Souza Martins e a Produção Capitalista de Relações Não-Capitalistas

José de Souza Martins compreende a contribuição de Prado para a formação da história brasileira. Os dois autores possuem grande influência do método materialista dialético e, procuraram cada um à sua maneira, explicar a Questão Agrária Brasileira. Prado a partir de uma visão macro, e José de Souza Martins, também relacionando-a à totalidade, porém, através do trabalhador, do camponês, as suas peculiaridades que os diferenciam dentro da totalidade.

Conceituamos então que José de Souza Martins se apropriou da teoria da formação do Brasil contemporâneo de Caio Prado Jr., porém, distinguiu-se na questão sobre o que o campesinato e esse contingente de trabalhadores representa no Brasil: para Caio Prado, são resquícios; para José Martins são eternas recriações inerentes ao caráter contraditório e desigual da reprodução

capitalista, não só no Brasil, mas como em toda a América Latina.

Martins considera que o campesinato é uma decorrência também do capitalismo, é uma categoria social que faz parte da estrutura, e que não tende a desaparecer ou ser um resíduo como os autores ortodoxos propõem. Para o autor, muitos estudos recentes sobre o mundo rural partem de uma separação entre o rural e o urbano, entretanto, essas dimensões do espaço já foram unificadas pelo capital. Sendo assim, segundo Martins, as análises devem ser concentradas no processo do capital e suas contradições. No Brasil a complexidade do capitalismo fica evidente nas particularidades de seu desenvolvimento; e no campo, essa complexidade pode ser percebida nos diferentes ritmos e momentos do desenvolvimento capitalista (SOTO, 2002).

Diga-se de passagem, que a influência de Marx na obra de Martins se manifesta precisamente na construção do marginal, das relações sociais atrasadas, do campesinato, do cotidiano como mediações que explicam a constituição do capitalismo brasileiro.

Martins quer mostrar que o processo de desenvolvimento capitalista expropria, mas sem proletarizar o trabalhador do campo. Ele chega ao conceito de camponês através de um processo intelectual que combina uma postura crítica diante da teoria marxista e das interpretações dogmáticas e uma observação sistemática dos processos sociais e especialmente dos movimentos sociais no campo.

Para Martins, o campesinato brasileiro é uma classe social. O camponês não é um resíduo, mas resultado das características do desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro.

Segundo o autor a condição capitalista do Brasil é rentista, o capital se juntou aqui a propriedade da terra, e não um conflito direto entre quem possuía e quem trabalhava. Primeiro exploravam os escravos, com muitos trabalhando para a mesma família, depois a propriedade da terra unida com mão de obra massificada de colonos. Questões essas que permeiam todas as obras do autor.

Aqui iremos trabalhar com duas obras: *O Cativeiro da Terra* e *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Sem intencionalidade de averiguar metodologias e análises comparativas com a atualidade. Mas sim, para conseguirmos perceber as questões postas pelo sociólogo que contribuíram para construção de uma geografia agrária do Brasil.

O autor acentua que o esgotamento do escravismo e a indução ao trabalho livre não foi uma mera coincidência. Em 1850 o fim do tráfico negreiro e consequentemente o fim do regime escravista foi efetivado a partir de grandes pressões internacionais para o desenvolvimento mais acelerado do capitalismo entre Inglaterra e Portugal. A aprovação do Parlamento britânico 1845 com a lei Bill Aberdeen permitia a destruição de tudo que havia indícios de tráfico negreiro. Duas semanas depois, porém, o Brasil aprovou uma Lei de Terras que estabelecia um novo regime de

propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também da disposição de pecúlio para a compra da terra, ainda que ao próprio Estado (SILVA,2016). Tendo isso, para Martins o estado brasileiro desenvolveu uma fórmula simples para continuar com os ganhos monetários, porém, sem a presença do trabalho escravo: se a terra fosse livre o trabalho tinha de ser escravo, ao passo que se o trabalho fosse livre a terra tinha de ser escrava.

Por isso considera que no Brasil, a transição para o capitalismo teve o seu próprio andamento e seu ritmo impulsionado internacionalmente, devido ao modo que o imperialismo encontrou de acelerar o ingresso do Brasil no mundo moderno. Por isso, Martins e a sua análise da economia do café tem uma importância decisiva para a compreensão dessa transição. Transição que foi projetada na perspectiva da propriedade e da renda garantindo assim a produção não só de café, mas principalmente de fazendas de café, além de uma quantidade exorbitante de mais-valia, que foi empregada não só na reprodução dos cafezais, mas nos bancos e indústrias brasileiros (SUZUKI, 2007). Por isso, para Martins "o fazendeiro não pode ser definido como um rentista de tipo feudal, um arrecadador e consumidor de renda" (MARTINS, 2018).

Tendo isso como base da economia brasileira, o recorte para o trabalho no período do trabalho nas fazendas de café pode ser dividido em dois momentos: 1) com base no trabalho escravo 2) base no trabalho livre. No caso particular da transição do trabalho escravo ao trabalho livre, o que reitera José de Souza Martins é a permanência de relações de produção não capitalistas dentro do capitalismo, só que o agente muda. (SUZUKI,2007). Ou seja, o trabalhador escravo ganhou a propriedade da sua força de trabalho que antes pertencia ao fazendeiro e sem qualquer pedaço de terra é liberado da propriedade. Sendo o trabalho antes realizado pelo trabalhador escravo, foi destinado a migração em massa de colonos pobres que ora eram trabalhadores livres destinados a trabalhos em pequenos cultivos de terceiros não como uma relação empregatícia, mas sim, negociável, em troca de insumos. É deste ponto que surge a interpretação que elucida a diferença entre o modo de produção feudal para o modo de produção escravista. (CAVA, 2014).

É nesse contexto que o sociólogo se aprofunda com mais sensibilidade no desenvolvimento das classes sociais brasileiras. Primeiramente pontuando o contingente de trabalhadores principalmente italianos que vieram para o Brasil.Na sua visão, o camponês é recriado através das mediações próprias da sociedade capitalista, especificamente da "renda territorial capitalizada", da "propriedade privada da terra", da distinção entre "terra de trabalho e terra de negócio".

Para Martins o que temos, de fato, é uma classe operária de origem relativamente recente. Ele

pontua isso, como já dito antes, tendo como referência a época do café, sendo essa, para o sociólogo, um grande momento para compreensão das relações de classe do Brasil. É nessa época que o conflito acontece, e surge na cena política como uma contradição entre classes historicamente contrapostas. Esse é o caminho para penetrarmos na realidade cotidiana das relações de classe e das formas do conflito de classe, pois o trabalho está no núcleo dessas relações" (MARTINS, 2018, p.43). Partindo da noção de que a institucionalização do trabalho livre é recente porém de transição demorada entre os 100 anos da abolição da escravatura negra, nosso polo de trabalhadores livres era constituído principalmente de imigrantes estrangeiros (italianos, espanhóis, portugueses e alemães) que foram empregados nos cafezais.

Como o próprio autor já aponta no livro *O Cativeiro da Terra*, o camponês brasileiro é diferente do camponês europeu, que por mais que advindo da cultura europeia, no Brasil não se comporta como um afronte direto aos fazendeiros, e sim se constituem parte da fazenda tendo a "posse" de um pedaço da terra numa relação de troca, se fazendo parte da fazenda, sendo um agregado, um posseiro[3] ou sitiante[4]. É nessa constituição estrutural, basicamente, que se encaixa o camponês brasileiro, fazendo parte da fazenda, criando vínculos além dos trabalhistas porém ficando fora da partilha final: "no período colonial quem não tivesse sangue limpo, quem fosse bastardo, mestiço de branco e índia, estava excluído da herança" (MARTINS, 1981, p.32).

Essas são as pessoas que por mais que tivessem acesso à terra, não obtinham direito à posse dela, não conseguiram ter um seguro, por exemplo. "Com isso, os direitos dos camponeses que viviam como agregados só eram reconhecidos como extensão aos direitos do fazendeiro, como concessão deste, como questão privada, não pública. Isso não fazia do agregado um escravo, um servo, como os servos da sociedade feudal." (MARTINS, 1981, p.35) Essa relação, baseada na troca de favores, material, lealdade, impôs uma relação profunda na questão econômica e moral brasileira: a terra em troca de renda em trabalho. Questão a qual não acontecia na época da escravidão onde as relações econômicas relacionadas ao trabalho escravo estavam diretamente ligadas ao tráfico negreiro e não em sua força de trabalho. Após a escravidão com a vinda programada dos europeus pobres para o Brasil, foi preciso fazer uma reformulação do que se tinha, formando um contingente de trabalhadores da terra que não tivessem abertura para ter uma partição econômica direta, um vínculo empregatício ou investidor, mas sim se tornassem um agregado da terra que, por sua vez, teve sua moral diferenciada dentro da família do

[3] São aquelas pessoas que detém de fato a posse de uma gleba de terra, mas não é o dono de direito, não possuindo assim documentação e registro em cartório. O tamanho da terra não interfere na designação de quem é posseiro.
[4] Proprietário(a) de roça ou sítio.

fazendeiro, sendo visto como parte dela, diferentemente do escravo que não era humanizado, mas tratado apenas como uma fonte de renda, e bastante rentável.

Já o camponês não era tratado necessariamente como uma matéria, o camponês, inicialmente incumbia-se da abertura de uma fazenda e implantação de um cafezal em troca do direito de poder plantar entre os cafeeiros gêneros de que necessitasse (milho, feijão, arroz, algodão etc.). E é isso que caracteriza o camponês brasileiro denominados de "lavoura de pobre" por se localizar no meio dos cafezais dos fazendeiros.

> O camponês era, portanto, duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial. Essa exclusão, portanto, das relações de propriedade, não o excluía da propriedade. Ele viveu, durante todo o tempo do escravismo, essa contradição que só se resolveu quando se resolveu a contradição maior representada pelo escravo numa economia capitalista de produção escravista de mercadorias. (MARTINS, 1981, p.38)

Após a abolição da escravatura, a realidade do camponês é modificada e seus agentes, ampliados. A partir da Lei de Terras, dando autonomia aos estados sobre as terras devolutas, que em suma foram vendidas para as oligarquias, os senhores de escravos, que antes obtinham o monopólio de classe sobre o escravo, a partir de então tiveram monopólio sobre a terra. A terra começou a ser convertida em mercadoria abrindo uma brecha para que o camponês pudesse comprar um pedaço, obviamente, a partir de muito trabalho.

É nesse momento que para Martins, a diversificação do camponês aumenta, com os pequenos agricultores que conseguiram comprar sua terra, os agregados que passaram a possuir diferentes funções dentro das fazendas, e os trabalhadores marginais que começaram a trabalhar no campo pela massificação do trabalho dada a quantidade de terras adquiridas pelas oligarquias. Outra questão que aponta essa diversificação é a disparidade regional existente devido ao tipo de plantação, como por exemplo o nordeste canavieiro, que já estava em crise, não obteve a vinda do camponês estrangeiro para o trabalho com o açúcar, e quem ocupou esse lugar foram os trabalhadores marginais. Já em São Paulo, com a produção do café ascendente houve a demanda de muita mão de obra estrangeira.

Primeiramente o autor pontua o que são as relações capitalistas de produção, que basicamente no viés do trabalhador, eles são expropriados e "livres" para vender sua força de trabalho. As relações sociais capitalistas produzem resultados econômicos profundamente desiguais entre si, como o salário e o lucro, personificados por pessoas de fato desiguais, que são o trabalhador e o capitalista. No campo, Martins coloca que quando as pessoas querem se referir a expansão do capitalismo, o diálogo é direcionado para duas coisas combinadas:

> De um lado, uma massa crescente de camponeses, isto é, de lavradores autônomos cuja existência está baseada estritamente no seu trabalho e no da sua família, estaria sendo expulsa da terra, expropriada; de outro lado em consequência, essa massa de lavradores estaria se transformando em massa de proletários rurais de trabalhadores sem- terra. O principal da expansão do capitalismo é basicamente isso: - os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força e trabalho, da sua capacidade de trabalhar. (MARTINS, 1981, p.152)

Já a terra, que pode ser transformada em mercadoria, não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. A apropriação da terra não se dá num processo de trabalho, de exploração do trabalho pelo capital. Portanto, nem a terra tem valor, no sentido de que não é materialização de trabalho humano, nem pode ter a sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista. O capitalista, quando não for o proprietário da terra, precisa pagar uma renda para se apropriar dela, considerando assim que como a força de trabalho se transforma em mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em mercadoria.

Essa mercadoria é basicamente a transferência do capital do capitalista em renda, considerando que para o capitalista quando este paga a renda ao proprietário, não está produzindo nada; está distribuindo uma parte da mais valia que extraiu dos seus trabalhadores. Por isso, a renda capitalista da terra não nasce da produção, mas sim na distribuição da mais valia" (MARTINS, 1981,p.163). Porque é da mais valia que sai o capital do capitalista, porém, ele não é o proprietário da terra. E por mais que o capitalista e o proprietário sejam o mesmo agente, sem a licença do proprietário da terra, o capital não poderá subordinar a agricultura. É aí se conclui que é a partir da renda da terra que surge o capital e não da própria terra. Por isso, que, por exemplo:

> Quando o capital se concentra, ele aumenta a capacidade produtiva do trabalhador e aumenta a capacidade do capitalista extrair mais-valia, a sua capacidade de se apropriar de trabalho não pago. Quando a terra é concentrada, ela não aumenta em nada a capacidade de produção do trabalhador, nem a capacidade do capitalista extrair mais valia do trabalho agrícola (MARTINS, 1981, p.166).

Nessa relação, se vê que a partir da noção de que a terra não é o capital mas sim ele extrai renda da terra, não só relações não capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da produção familiar do tipo camponês, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo do capital, embora o sejam. O próprio capital recria essas relações possíveis dentro da terra, por mais que elas não participem ativamente da economia, "a contradição representada pela terra não é de fora do capitalismo; é

uma contradição interna, constitutiva do próprio modo capitalista de produção" (MARTINS, 1981,p.168)

Por fim, para Martins essa contradição que o capital pôs sobre a terra só será resolvida com o avanço do próprio processo do capital, separando, como figuras históricas, o capitalista e o proprietário, levando a nacionalização da propriedade, pois a questão fundiária já está capitalizada "uma vez que não há como reformar a exploração capitalista que já está completamente embutida na propriedade fundiária" (MARTINS, 1981, p.177).

Os autores e Geografia Agrária

Na geografia agrária encontramos constantemente as literaturas dos autores permeadas nas correntes ideológicas e discursos. Primeiramente, Caio Prado Jr., com sua contestação sobre a história do feudalismo no Brasil, a partir da perspectiva econômica, conseguiu destrinchar alguns dos problemas apresentados na história contada até então sobre a formação do Brasil. Por mais que haja problemas, principalmente na conceituação em suas obras que, muitas vezes, leva a interpretação de uma defesa da hierarquia de culturas, o autor foi um marxista pioneiro nos estudos das diferenças regionais de dependência e regionalização do Brasil. Tal classificação da regionalização feita por Prado, como é apresentado no livro *A Formação do Brasil Contemporâneo*, sempre se referiu às questões geográficas como formação do espaço e formação sócio econômica, consolidada posteriormente por Milton Santos.

A obra de Prado direcionada em interpretar a realidade brasileira, permite conjeturar as relações centro e periferia, onde existe uma região detentora da principal atividade econômica - o centro - e as demais - as periferias - que formam a política regionalista que vai ao encontro e defesa de determinados grupos da burguesia. Essa relação norteou a colonização e diferenciou os espaços de acordo com seu potencial produtivo, valorizando algumas regiões em detrimento de outras. Tal compreensão permite a partir das diferentes atividades econômicas – em espaços e/ou momentos históricos distintos –, constatar a coexistência de aspectos sociais, econômicos, técnicos e territoriais no Brasil. Conceito que foi analisado mais profundamente pela geografia como explica Milton Santos:

> [...] comparece essa discussão que agora se banaliza – o que raramente se concretiza – das relações sociedade-natureza, mas também a ideia das relações homem-homem, que nos leva ao estudo das relações sociais e da forma como se afirmam no espaço; e a ideia do embate entre forças externas e internas, junto à ideia de formação socioespacial que nós próprios iríamos propor mais sistematicamente em 1977, como uma categoria de estudo geográfico, e que, conforme agora verificamos, na verdade, já está em embrião na obra de Caio Prado Jr.. [...] outros conceitos de sua elaboração, como a noção de integração

> do território, que também supõe desintegração [...] já trabalhava a ideia de dialética espacial com a qual agora estamos trabalhando (SANTOS, 1989, p. 427)

José de Souza Martins, compreende a contribuição de Prado para a formação da história Brasileira, os dois autores possuem grande influência do método materialista dialético e procuraram, cada um à sua maneira, explicar a questão agrária brasileira. Prado a partir de uma visão macro e José de Souza Martins, também relacionado à totalidade, porém, através do trabalhador, do camponês, as suas peculiaridades que os diferenciam dentro da totalidade.

Consideramos então que José de Souza Martins se apropriou da teoria da formação do Brasil contemporâneo de Caio Prado Jr., porém, distinguiu na questão sobre o que o campesinato e esse contingente de trabalhadores representa no Brasil: Para Caio Prado, são resquícios; para José de Souza Martins são eternas recriações inerentes ao caráter contraditório e desigual da reprodução capitalista, não só no Brasil, mas como em toda a América Latina.

Partindo da concepção de que a questão agrária é uma questão do capitalismo, e que essa tem abrangência global, é imperativo um esforço de desvendá-la nessa mesma escala, mas isso não é possível sem a compreensão das particularidades de cada fração do território. Segundo Bombardi (2007, p. 321),

> A raiz da geografia agrária brasileira, encontra-se fundamentalmente na escola historicista alemã, sobretudo naquilo que resultou das oposições positivistas e historicistas no seio da geografia, tendo o conceito de região, a partir de Hettner, tomado lugar central. Quando Leo Waibel, discípulo de Hettner, introduz a geografia agrária no Brasil [...] o faz trazendo a ideia de que o papel do geógrafo é de descrever as diferenças espaciais da agricultura como um fenômeno da superfície terrestre.

Foi com o geógrafo Manuel Correia de Andrade que uma geografia agrária marxista começou a se encaminhar, com a obra *A Terra e o Homem no Nordeste,* onde estudou as relações sociais e a luta pela terra no nordeste brasileiro. Livro que foi muito impulsionado por Caio Prado Jr. que era uma das suas maiores referências sobre o Brasil colônia. O livro foi publicado pela Editora Brasiliense e teve seu prefácio feito por Caio Prado Jr. Essa obra causou uma grande reação dos geógrafos brasileiros na época, que a consideram como não-científica porque não se destinava a propósitos acadêmicos, e, sim, a registrar e analisar um longo processo político.

Após Andrade, muitos outros geógrafos e geógrafas usaram das teorias reformuladas do marxismo e da questão agrária brasileira, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Carlos Walter Porto Gonçalves, Marta Inez Medeiros Marques, Larissa Bombardi, Bernardo Mançano,entre outros. A referência pilar, a partir da qual surgiram novas reflexões, na geografia hoje para

compreensão do Agrarismo no Brasil, é o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Partindo da teoria do campesinato reformulada para o Brasil de José de Souza Martins, Oliveira desenvolveu uma teoria importante e organizada para compreensão dos processos que o campesinato enfrenta dentre diferentes concepções ideológicas, pressupondo que a união e concessão de ideias é bastante complicada.

O geógrafo organizou três interpretações sobre o campo no processo de desenvolvimento capitalista na sua fase monopolista. Segundo o autor em um panorama geral, seria possível dizer que todos os estudiosos da questão agrária concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva do assalariamento e da relação de produção específica do modo capitalista de produção, por todos os ramos e setores da produção. No entanto existem discordâncias quanto à interpretação do processo.

Para alguns, ele leva inevitavelmente à homogeneização: a formação de um operariado único num pólo, e de uma classe burguesa no outro. Para outros, esse processo é contraditório, portanto, heterogêneo, o que leva a criar obviamente, no processo de expansão do assalariamento no campo, o trabalho familiar camponês. O autor discorre sobre três grandes abordagens teóricas sobre o campo no Brasil:

A) A primeira tese diz que é preciso que se extinguiam as relações feudais no campo e que se inicie o trabalho assalariado. Uma reforma agrária iria aumentar o capitalismo no campo, porque para esses autores a luta do campesinato contra o latifúndio é uma luta estritamente de posse da terra. Entre os principais estudiosos que seguem essa concepção estão: Maurice Dobb, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Inácio Rangel e Orlando Valverde:

> Essa corrente parte do princípio de que há uma *penetração* das relações capitalistas no campo. De certo modo creem esses autores que há uma dualidade em jogo: um setor urbano industrial capitalista nas cidades e um setor feudal, semifeudal, pré-capitalista, atrasado no campo. Esses autores entendem que a penetração das relações capitalistas no campo ocorre a partir do rompimento das estruturas que garantem a coerção extra-econômica, ou seja, particularmente a partir do rompimento com as estruturas políticas tradicionais de dominação. (OLIVEIRA, 2007, p.10)

B) Outra vertente entende que o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que os camponeses irão desaparecer por conta disso, pois eles eram uma espécie de 'resíduo' social que o progresso capitalista extinguiria. Ou seja, os camponeses ao tentar produzir para o mercado acabariam indo à falência, e perdendo suas terras para os bancos ou mesmo teriam que vendê-las para saldar as dívidas (BOMBARDI, 2007). Com isso, os camponeses se tornaram proletários. Entre os principais

representantes dessa corrente estão Karl Kautsky, Vladimir I. Lenin, Leo Huberman, Paul Sweezy, Caio Prado Jr etc. Segundo Oliveira, a maior parte dos trabalhos em geografia agrária partiria dessa concepção.(OLIVEIRA, 1999).

> O outro caminho seria dado pelo processo de modernização do latifúndio, via introdução no processo produtivo de máquinas e insumos modernos, o que permitiria a esses latifúndios evoluir para empresas rurais capitalistas. (OLIVEIRA, 2007, p. 6)

C) Uma última tese procura a compreensão do papel e do lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular. Para o autor, ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou, do contrário, os autores continuam afirmando que os camponeses estão desaparecendo, mesmo diante da contínua luta dos camponeses para conquistar o acesso à terra no país. (OLIVEIRA, 1999).

> O desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria, domina relações não capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra. A terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada. (OLIVEIRA, 2007, p.5)

Oliveira, assim como Martins, caracteriza que a agricultura brasileira avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, mas, produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença do aumento do trabalho familiar no campo). Entre os mais importantes pensadores dessa corrente estão Rosa de Luxemburgo, José de Souza Martins, Teodor Shanin, Samir Amin, Kostas Vergopoulos[...] (OLIVEIRA, 1999).

Uma questão necessária para adentrar sobre o posicionamento que Ariovaldo propõe nessas correntes teóricas do campo, é a inserção dos autores trabalhados aqui nessas correntes. No caso de José de Souza Martins, fica evidente a proximidade ideológica do geógrafo com o autor devido a apropriação da teoria do campesinato e das relações não capitalistas de produção. Porém, em relação a segunda corrente apontada pelo professor Ariovaldo, onde Caio Prado foi encaixado, existem alguns pontos a serem analisados. Rodrigues (2010), faz um levantamento sobre essas questões, primeiramente sobre a proximidade ideológica de Rosa Luxemburgo e Lenin, que por mais que se diferenciam ao longo do tempo e também pela disparidade da evolução do capitalismo nos seus países, Alemanha e Rússia, colocar os dois autores contrapostos, de certa maneira pode levar há uma interpretação equivocada sobre o papel dos dois grandes militantes e teóricos marxistas frente a questão agrária.

Um segundo ponto é alusivo à teoria de Prado, que é relacionada a uma questão abordada na

primeira sessão deste artigo. Toda análise Caio Pradiana está conectada a potencialidades revolucionárias. É necessário que se compreenda a obra completa, por mais que o autor não aponte a reforma agrária como chave principal da revolução brasileira, ele coloca as potencialidades das leis trabalhistas no campo com perspectiva de um arranjo revolucionário. Outro ponto para debate é sobre a temporalidade, a proposta sobre a questão agrária indicada por Caio Prado nos anos 1950 e 1960 tendem a suprir as questões do Brasil da época, em que a movimentação social no meio rural não era tão estruturada, como a partir dos anos 1970 com a atuação da Comissão Pastoral da Terra. Na percepção e análise de Prado, urgentemente, os trabalhadores rurais precisam sair da miséria vivida na época.

Essas ponderações não levam a entender que Prado não pertence a segunda corrente teórica proposta por Oliveira. Percebe-se que essa divisão, muito bem estruturada pelo autor, é bastante didática, porém, são pontos levantados para evitar possíveis controvérsias sobre a obra de Caio Prado, devido a época em que o autor desenvolveu sua análise. Ricardo Abramovay, por exemplo, elencado como pertencente à mesma linha teórica por Oliveira, faz uma análise semelhante, porém, depois de 20 ou 30 anos, já passando pela ditadura militar. Essas preposições não anulam o fato de que Ariovaldo faz análises relevantes e atuais dessas literaturas clássicas de interpretação brasileira, como Prado e Martins, os quais estão cada vez mais sendo deixados de lado dentro da academia.

Na Geografia, a partir da apropriação desses conceitos,é possível pensar onde está o Brasil na concepção de agricultura e economia mundialmente, e dentro do Brasil, como isso se organiza e se territorializa. No Livro *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*, Ariovaldo Umbelino (1986) estrutura e aprofunda os conceitos abordados pelos outros autores, nessa estruturação aborda o aspecto mundial do modo capitalista de produção. Busca, no próprio Marx, os fundamentos que anunciam a estrutura tripartite do modo capitalista de produção, o que significa incluir também a terra entre as estruturas fundamentais do capitalismo. Isso porque a relação direta com o trabalhador, com vistas à extração da mais-valia, ou trabalho não pago, é apenas uma das faces do processo de acumulação ampliada do capital, em face da existência da agricultura camponesa, ou o que ele chama de relações de produção não tipicamente capitalistas. Paulino (2007) propõe, a partir da obra de Umbelino que essa forma de produzir, não é o trabalho, mas o produto que o contém, que irá compor a taxa de lucro dos capitalistas.

É para explicar esse processo que esse teórico cunha dois conceitos fundamentais na Geografia: a monopolização do território pelo capital e a territorialização do capital. No primeiro, o capital monopoliza as frações do território dominadas pelos camponeses para se apropriar da renda da

terra gerada pelo trabalho familiar, e que está contida nos produtos que os camponeses necessitam colocar no mercado. Isso acontece tanto nos casos em que a produção camponesa se constitui em matérias-primas para a indústria quanto quando o destino da produção camponesa é o consumidor final, em que ocorre a intermediação do capital comercial. Como observa a autora, "sabendo-se que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor-trabalho nela contido" (PAULINO, 2007, p. 345). O outro processo, a territorialização do capital, acontece quando o capital se instala na agricultura e, mediante o controle da terra, seja por meio da compra ou do arrendamento, bem como da contratação de trabalhadores assalariados, realiza a sua produção.

É nesta perspectiva que Martins contribuiu e contribui para a construção de uma geografia agrária brasileira, trazendo tanto a questão da renda da terra quanto da produção não capitalista. Marta Inez Medeiros Marques define o conceito de território como os processos que regem e orientam as relações sociais numa dada forma social que definem as formas de apropriação da terra e o regime de propriedade. Aqueles que compartilham um mesmo território devem estar submetidos a uma mesma "lei" (MARQUES, 2000). Essa noção de território traz elementos para discutir os conflitos que decorrem das diferenças na concepção de apropriação da terra que se expressam em determinada comunidade e na espacialização das políticas agrárias (BERNINI, 2009).

Neste formato mais amplo de se olhar para o território que conseguimos enxergar as questões das massas mais profundamente, porque, de fato, nossa geografia "oficial" foi sempre marcada por uma visão colonialista do mundo, naturalizando a desigualdade entre os povos, sempre nutrindo politicamente e cientificamente questões de hierarquização entre raças. E, num país como o Brasil, é impossível desvincular a questão da raça com a classe. É por isso que indagamos, nesse artigo, algumas questões da obra de Caio Prado, que por mais que defenda que nossas bases são escravistas, não considera a questão da renda da terra, tão quanto a recriação do campesinato. Mas entendendo que a realidade está sempre em movimento, conseguimos enxergar que a ciência evolui, os conceitos vão se aperfeiçoando, assim como, as teorias.

A concepção do campesinato, enquanto classe social, é um dos alicerces que fundamenta o rol de hipóteses centrais desta discussão, uma das quais está assentada na premissa de que o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e é uma classe social também deste modo de produção.E é do reconhecimento dessa classe, e de que ela luta pela terra e por território, então, que surgem os novos atores sociais frutos da intensa complexificação do desenvolvimento

do capitalismo no campo.

> São os seringueiros expulsos dos seringais, os desalojados pelas barragens dos grandes projetos hidrelétricos, além dos excluídos em geral pelo avanço da modernização agrícola e da especulação com a terra. A noção do direito de se manter na terra e defender seu espaço social e cultural, seu território, é cada vez mais difundida entre eles. (MARQUES, 2007, p. 6).

Considerações Finais

Esse artigo teve como objetivo apresentar as contribuições de Caio Prado Jr. e José de Souza Martins para a análise da questão agrária brasileira. Buscou, ao mesmo tempo, analisar a influência de suas ideias no campo de estudos da geografia agrária brasileira, sobretudo o entendimento de que os processos no Brasil colônia não representavam uma relação feudal; e ainda o papel do camponês e das relações não capitalistas de produção no território.

A contribuição dos autores para a geografia e para além dessa traz uma perspectiva de noção de nação, de compreender as questões da nossa formação enquanto pais, quanto ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Tanto nas análises do Brasil colônia de Caio Prado Jr. quanto da noção de reforma agrária que o autor colocou enquanto militante e no seu livro *A revolução brasileira* que desvia da centralidade do PCB na época, existem questões que, obviamente, não foram trabalhadas aqui, que podem ser contrapostas às teses aqui apresentadas.

Em suma, o que podemos afirmar é que a noção do Brasil não ter passado por um processo feudal numa perspectiva marxista, foi uma grande contribuição para a construção da base para os estudos do território brasileiro, em todos os sentidos e caminhos que podemos abordar o território. José de Souza Martins, que foi o precursor da teoria do campesinato nas ciências humanas brasileiras, utilizou da obra de Caio Prado Jr. para construir seu pensamento. E, a partir dele, reformulou muitas questões atribuídas às lutas sociais no campo, que foram pertinentes tanto para academia quanto para os próprios movimentos sociais.

A questão da hierarquização de raças e culturas abordada por Caio Prado, mostrando uma romantização da miscigenação, que trouxemos aqui como uma análise controversa e racista, consideramos que não desqualifica a obra, muito menos suas contribuições. Porém, são pontos que não podem passar despercebidos, e precisam ser desconstruídos, principalmente num panorama geral da construção da ideia de Brasil, assim como para os estudos científicos serem mais compatíveis quanto ao racismo na realidade brasileira. E, também para compor um desenvolvimento da Geografia menos eurocêntrica. As obras de Prado são bastante complexas no sentido de apresentarem uma análise ampla do Brasil e sua relação internacional, o que

realmente dificulta a interpretação mais minuciosa do desenvolvimento das nossas classes. Por outro lado, as obras sendo abordadas com essa grande amplitude conseguiram desenvolver esse panorama regional do território brasileiro, e pontos mais amplos de análise para uma possível revolução brasileira.

José de Souza Martins foi mais solicitado na questão de adentrar na cultura dos trabalhadores da terra, aprofundando as questões pendentes na obra de Caio Prado. A construção de uma ideia de campesinato brasileiro feita por Martins abriu portas para um real estudo marxista heterodoxo dentro da questão agrária brasileira. As duas obras analisadas aqui possuem grande sensibilidade frente a criação de uma subjetividade do campesinato, tanto quanto uma sensibilidade com a leitura, que é bastante explicativa e detalhada sobre os processos das relações escravistas e do campesinato. Obras que colaboraram para construção de uma análise mais efetiva do campesinato e que contribuíram diretamente na sua organização.

As obras trabalhadas aqui não são necessariamente o fechamento da vida intelectual dos autores. Como por exemplo, Caio Prado Jr. termina sua vida com uma reformulação de ideias sobre a reforma agrária no campo, se adequando ao final do século 20. José de Souza Martins, talvez, não tenha a mesma perspectiva da época da construção das obras, pois como já falamos aqui, o pensamento intelectual está em constante evolução. Assim como, a noção de reforma agrária dos autores. Mas, utilizamos das obras para extrair seus principais conceitos e interpretações para construção desse pensamento da questão agrária, mais especificamente, da teoria do campesinato dentro da Geografia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. 1.ed São Paulo. Brasiliense, 1963.

BERNINI, Carina Inserra. **De posseiro a assentado**: a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na construção contraditória do assentamento agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, Sete Barras-SP. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.8.2009.tde-02022010-151735.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP**:Espaço e Tempo, São Paulo, n. 14, 2003.

_____. **Campesinato, luta de classes e reforma agrária**.2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FERNANDES, Luís EduardoRocha Maia. **Primavera foi inexorável?** Caio Prado Jr., o PCB e o Golpe de 1964. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense,Niterói, 2016.

LUXEMBURG, Rosa A crise da social-democracia. In: LOUREIRO, I. (Org.). **Rosa Luxemburgo**: textos

escolhidos. São Paulo: Unesp, 2011[1916], p. 15-144, v. 2.
MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.
_____. **O Cativeiro da Terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
MARQUES, Marta. Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio Cesar (Org.). **Geografia Agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Manuel Correia de Andrade e a questão agrária brasileira. **Revista Especial - UFAL**, Maceió, v. 3, n. 1, p. 191-203, ago. 2013.
MELO, Alfredo Cesar B. de. Raça e Modernidade em Formação do Brasil contemporâneo, de Caio Prado Jr. **RevistaBrasileirade Ciências Sociais**., São Paulo, v. 35, n.102, jan. 2020. https://doi.org/10.1590/3510215/2020.
PERICÁS, L. B. Caio Prado Júnior: uma biografia política. **São Paulo: Boitempo**, 2016.
PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária**. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.
_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras. Edição do Kindle.
_____. **Evolução Política no Brasil e outros Ensaios**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.
_____. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.
_____. **A Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.
PRIETO, Gustavo Francisco.Rosa Luxemburgo e a expansão imanente do capitalismo: destruição, resistência e recriação dos territórios e das relações não capitalistas. **GEOUSP**: Espaço e Tempo (Online). São Paulo, n21, v3, p. 812-829, 2018.https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.99827
VIVA, Roda. **Entrevista com José de Souza Martins.** 2001. Disponível em: TV cultura online <https://tvcultura.com.br/playlists/48_roda-viva-arte-e-cultura_W-54wmBQysw.html>
SOTO, William Héctor Gómez. Sociologia e história na obra de José de Souza Martins. **Sociedade e Estado.** Brasília, v.31,n.spe, p.1051-1070, 2016. https://doi.org/10.1590/s0102-69922016.0spe0011.
OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.